

FHC pede ao Congresso reformas-já

Na retomada dos trabalhos do Legislativo, o presidente faz um balanço do seu governo e quer empenho para a aprovação das mudanças

Fernando Henrique Cardoso voltou a pedir ao Congresso a aprovação das reformas administrativa, previdenciária e tributária. Em mensagem de abertura dos trabalhos legislativos de 97, o presidente afirmou que o déficit operacional de 1996 ficou entre 4% e 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). As principais causas do desequilíbrio, disse, foram os gastos da União com a Previdência e as despesas de pessoal dos Estados e municípios.

Em tom semelhante, o presidente

do Senado e do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), pregou a necessidade de continuar as reformas do Estado. "Precisamos de um Estado ágil, eficiente, e daí a necessidade urgente de se aprovar as reformas indispensáveis ao bom funcionamento da máquina estatal, livre do corporativismo que emperra a ação governamental e atentos à era de globalização que, queiramos ou não, o mundo vive". Para ACM, a votação das reformas será um ato de patriotismo do Congresso.

Leopoldo Silva

Amaral: FHC não quer ser déspota

O porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso "não quer ser nenhum déspota, mas um presidente esclarecido", que tenha condições de contribuir para o processo de aprimoramento democrático. "Evidentemente, não podemos incorrer num equívoco de acreditar que um presidente sozinho ou o Executivo possam ter um demiurgo (criatura intermediária entre Deus e os homens) que possa ser capaz de realizar todas essas tarefas que são necessárias — e algumas delas foram apontadas pelo professor José Arthur Gianotti — de aprofundamento e consolidação da democracia", disse Amaral.

Ele referia-se às críticas do professor de filosofia e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), amigo de Fernando Henrique, em artigo publicado ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com o porta-voz, o presidente concorda, em linhas gerais, com o artigo. Fernando Henrique, disse Amaral, tem um "cuidado muito especial" com a consolidação da democracia e por isso sempre foi contrário à idéia de um plebiscito para a questão da reeleição, porque ele poderia ser interpretado como manobra para pôr à margem ou debilitar o Legislativo frente ao Executivo.

Na mensagem enviada ao Congresso por intermédio do ministro-chefe do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, Fernando Henrique propôs até a ordem de votação: primeiro, a reforma administrativa; depois, a da Previdência; em seguida, a tributária.

O presidente argumentou que é preciso tornar claro para governo, parlamentares e a sociedade que não estão sendo suprimidos direitos. Procura-se, segundo ele, garantir-lhes a longo prazo, em condições de igualdade, para todos os brasileiros (veja abaixo os principais trechos da mensagem).

O presidente sugeriu que, a partir dos debates e das lições tiradas da tramitação das emendas na Câmara e no Senado, busque-se o

ponto de equilíbrio. "Talvez nos surpreendamos ao verificar que a compreensão da própria sociedade evoluiu nesta matéria e, tal como nas mudanças da ordem econômica, aquilo que há pouco tempo despertava controvérsias apaixonadas tornou-se assimilável".

Fernando Henrique pediu firmeza ao Congresso, sem se deixar paralisar pela incompreensão eventual daqueles que "preferem agarrar-se como náufragos aos destroços de privilégios insustentáveis".

A sessão de retomada dos trabalhos do Congresso foi solene, com tiros de canhão, desfile de soldados dos Dragões da Independência e a presença de muitos ministros. Entre eles o da Fazenda, Pedro Ma-

lan, o da Previdência, Reinhold Stephanes, o da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, o do Trabalho, Paulo Paiva, o das Comunicações, Sérgio Motta, o da Educação, Paulo Renato, o dos Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos, e o de Assuntos Fundiários, Raul Jungman.

TEMPO PERDIDO

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, lamentou o tempo perdido pelo País na área da informática, por imposição do extinto Conselho Nacional de Informática (Conin). Segundo o senador, o Conin manteve privilégios para alguns e causou enormes prejuízos para os brasileiros e para a Nação.

ACM disse ainda que alguns ten-

tam repetir os erros do passado. "A visão equivocada não era de um ou de mais partidos políticos, mas de segmentos da sociedade, derrotados no julgamento popular, que não querem perceber que o mundo mudou."

Na mensagem ao Congresso o presidente Fernando Henrique falou ainda sobre a desindexação e a distribuição de renda, o crescimento econômico, o novo ciclo da industrialização, os caminhos para o desenvolvimento, os avanços na área social, a redução da mortalidade infantil, a melhora na saúde pública, a municipalização do Sistema Único de Saúde (SUS), melhorias na educação básica, aplicação dos recursos da assistência social, reforma agrária e apoio à reciclagem dos trabalhadores.

Novos nomes no Ministério

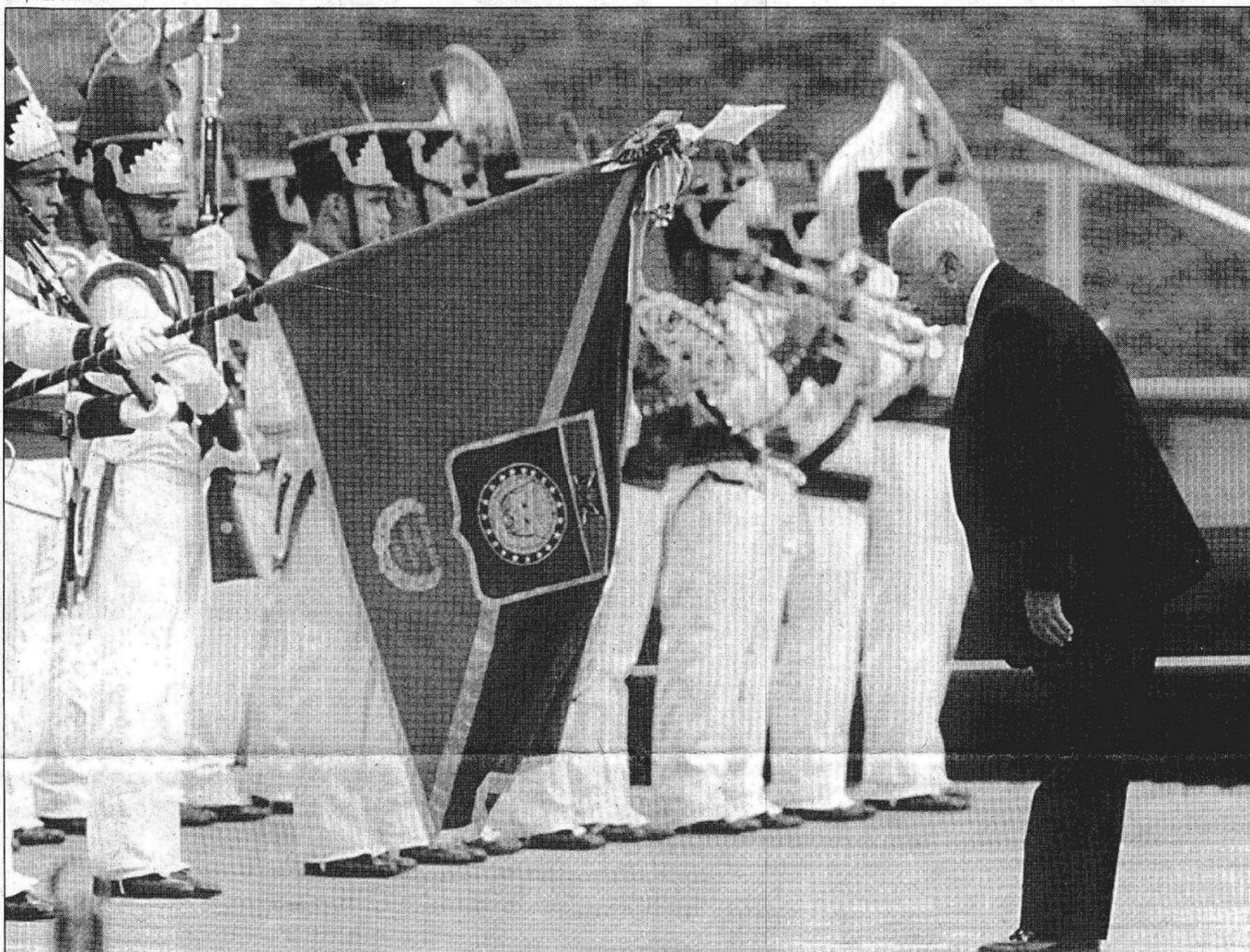
O presidente Fernando Henrique Cardoso está esperando apenas a segunda votação da emenda da reeleição na Câmara, na próxima semana, para anunciar os novos titulares dos ministérios da Justiça e dos Transportes.

Segundo um ministro próximo ao presidente, os nomes mais fortes são o do atual ministro da Coordenação Política, Luiz Carlos Santos, que seria transferido para o Transportes, e o senador José Fogaça (PMDB-RS), que substituiria Nelson Jobim, na Justiça.

Luiz Carlos tem aliados de peso. O PMDB mineiro, liderado pelo prefeito de Contagem, Newton Cardoso, e parcela do paulista estão apoiando esta articulação. O novo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), não faz oposição a este arranjo.

Com a escolha de Luiz Carlos estaria contemplada a bancada de deputados e, com a de Fogaça, a de senadores. O governador Antonio Brito também não teria do que reclamar, pois não acreditava que pudesse manter dois ministérios para o PMDB gaúcho, como era a situação até agora.

A definição do presidente sobre este pleito deverá ser conhecida até o final de semana, depois de conversa entre o presidente Fernando Henrique, o presidente da Câmara, Michel Temer, e o novo líder do PMDB, que será eleito na quarta-feira.



O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, chega ao Congresso para abrir a sessão inaugural dos trabalhos do Legislativo em 1997

OS PRINCIPAIS TRECHOS DA MENSAGEM DO PRESIDENTE

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O rendimento médio dos brasileiros aumentou 28% em termos reais entre 1993 e 1995, segundo o IBGE. Para os 10% mais pobres, o aumento foi de mais de 100%. Em 1996, o rendimento médio das pessoas ocupadas teve um aumento real de mais de 8%. A recuperação da renda também beneficiou os aposentados e pensionistas: desde julho de 1994, o piso dos benefícios pagos pela Previdência Social teve um aumento real de 18%. O crescimento do consumo de alimentos, vestuário, material de construção e eletrodomésticos confirma, sem margem de dúvida, aquilo que cada um pode ver no dia-a-dia: os brasileiros, principalmente os mais pobres, estão vivendo melhor.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

A distribuição de renda foi possível porque os fatos desmentiram outro equívoco: que recessão e desempre-

go em massa seriam o preço a pagar pela estabilização da economia.

De 1993 a 1995, o PIB brasileiro cresceu em média 4,7% ao ano, mais que o dobro da média dos dez anos anteriores. Em 1996 deve ter crescido em torno de 3%. As previsões para 1997 situam-se entre 4% a 5%. Assim o Brasil estará completando cinco anos consecutivos de crescimento, com uma taxa acumulada de cerca de 25%.

DESINDEXAÇÃO E QUEDA DA INFLAÇÃO

Em 1996, o Brasil acabou de virar a página negra da superinflação. Mais do que a marca de um dígito, ao redor da qual fechamos o ano, o que nos dá essa certeza é a firme tendência declinante das variações de preços, que se mantêm desde o lançamento do Real e deve continuar em 1997, segundo a previsão praticamente unânime de analistas e agentes econômicos.

Entre as causas desse êxito estão os avanços decisivos que completamos no processo de desindexação da economia. O fim da indexa-

ção realmente custou caro aos especuladores e aos bancos. A participação do setor financeiro na renda nacional caiu pela metade, de 16% para 8%. Mas os milhões de brasileiros que vivem de salário ou do seu próprio trabalho autônomo, longe de serem prejudicados, livraram-se do perverso imposto inflacionário.

INVESTIMENTOS PRODUTIVOS

No começo do Plano Real, a produção e o consumo cresceram fundamentalmente pelo aproveitamento da capacidade ociosa da indústria. Daqui por diante, a continuidade do crescimento passa a ser impulsionada por outro fator: a firme retomada dos investimentos produtivos.

No terceiro trimestre de 1996, a taxa agregada de investimento chegou a 16,4% do PIB, contra 15,5% no último trimestre de 1995. O investimento estrangeiro direto mais do que dobrou em um ano, atingindo US\$ 9,2 bilhões, e vai continuar crescendo em 1997.

REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

Registro com particular satisfação a queda dos índices de mortalidade infantil no país em geral, e nas áreas trabalhadas pelos agentes comunitários de saúde em especial, onde a redução estimada foi da ordem de 40%. A meta do Programa de Redução da Mortalidade na Infância é reduzir pela metade, até 1999, a média nacional do início da década, que era de 50 óbitos por mil nascidos vivos.

AVANÇOS NA ÁREA SOCIAL

O balanço de dois anos de governo também é animador em relação às perspectivas de superação do secular atraso social brasileiro.

Há um ano, fazendo o balanço do primeiro ano de governo, afirmei que o Brasil havia parado de piorar. Hoje posso afirmar com convicção que começamos a melhorar também na área social.

Os êxitos colhidos pelo Comunida-

de Solidária nas suas várias frentes de atuação — combate à mortalidade infantil, apoio ao desenvolvimento da educação infantil e ao ensino fundamental, geração de ocupação e renda, qualificação profissional, melhoria da alimentação de escolares e famílias pobres, das condições de moradia e de saneamento básico, fortalecimento da agricultura familiar — encorajaram-nos a estender sua atuação a 1.100 municípios.

MELHORA DA SAÚDE PÚBLICA

A distribuição de leite a 1,2 milhão de crianças e o fornecimento de 7,5 milhões de cestas básicas a famílias carentes traduziram-se em queda da mortalidade e no número de internações de crianças por desnutrição nos municípios beneficiados.

Saúde pública também é habitação e saneamento. Estima-se que cada ponto percentual de ampliação do acesso da população aos serviços de saneamento básico acarreta uma redução de mais de seis pontos na mortalidade infantil. Os

recursos federais contratados na área de saneamento permitiram, o atendimento de 1,8 milhão de famílias em 1996, contra 363 mil em 1995, gerando 287 mil novos empregos. Existem hoje no país, financiadas pelo Governo Federal, 2.700 obras de saneamento e habitação em andamento em mais de 2.200 municípios.

REFORMA AGRÁRIA

O programa de reforma agrária superou pelo segundo ano consecutivo a meta de assentamento, beneficiando 62 mil famílias. As metas para este ano incluem o assentamento de mais 80 mil famílias, fornecimento de crédito de implantação para 217 mil e de produção para 109 mil famílias, e expedição de 43 mil documentos de titulação.

A aquisição de terras a partir de 1997 deve priorizar áreas cuja qualidade e localização permitam reduzir os custos e aumentar a viabilidade econômica dos assentamentos.